



PARECER CONTÁBIL

Foi submetido a este setor contábil, pedido de parecer quanto Processo Licitatório nº 24/2017/FMS – Pregão nº 17/2017/FMS, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Gestão saúde Pública, com vistas à reestruturação da territorialização da área da Atenção Básica no Município de Joaçaba.

Verificada a legalidade, bem como o regular procedimento administrativo para consecução do referido certame, através de parecer jurídico, este setor emana parecer quanto a aplicabilidade/análise dos recursos a serem empregados em tal processo licitatório.

Ademais, para não impingir ilegalidade a qualquer procedimento licitatório, há a necessidade de indicar em quais dotações correrão as despesas das aquisições, considerando que no Exercício 2018 em andamento, esta sendo previsto dotação orçamentária para atender o presente Edital, e para o processo em tela, foram apontados as seguintes informações:

Exercício 2018:

Proj./Ativ.: 2.122 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

- 3.3.90. 00.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas (R\$ 58.970,00)

Deste modo, conforme o exposto, entende-se que foram atendidos os pressupostos necessários para realização do referido processo licitatório utilizando do expediente de PREGÃO.

Joaçaba (SC), 25 de Outubro de 2017.

ELIANE APARECIDA CERON VIER
CONTADORA



PARECER JURIDICO

Processo de Licitação n. 024/2017/FMS
Modalidade: Pregão Presencial nº 17/2017
Tipo: Menor Preço por Item

Submeteu-se à apreciação da Procuradoria Geral do Município o pedido de abertura do Processo de Licitação para parecer, nos termos do art. 38, VI e parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Foi encaminhado ao Setor de Compras e Licitações, pedido de abertura de processo licitatório sendo elaborada minuta com o seguinte objeto:

Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a apresentação de serviços de Gestão de Saúde Pública, com vistas à reestruturação da territorialização da área da Atenção Básica no Município de Joaçaba/SC.

Juntou-se ao processo a solicitação fundamentada da contratação, bem como parecer contábil prevendo orçamento estimativo por dotação orçamentária, com montante total máximo de R\$ 58.970,00 (cinquenta e oito mil, novecentos e setenta reais).

O ordenador de despesas autorizou a abertura do processo licitatório.

A modalidade de licitação adotada é a de Pregão Presencial destinado ao Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 2.879/2006 e suas alterações, e Decreto n. 4.388/2013, sendo do tipo menor preço por item.

Quanto ao Edital propriamente dito e a minuta de contrato, os mesmos obedecem ao disposto na legislação aplicável, não sendo analisados os aspectos técnicos, bem como a conveniência administrativa da contratação, os quantitativos, e a compatibilidade do valor com o de mercado, que fica a cargo do solicitante.

Diante disso, sendo observado o princípio da legalidade e o preenchimento dos requisitos legais, sugere-se o prosseguimento deste processo licitatório.

Joaçaba, SC, 31 de outubro de 2017.


Maikel Patrzykot
Procurador Geral
Município de Joaçaba



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO
PARECER

De: Coordenadoria do Controle Interno

Para: Gerência de Licitações

Submeteu-se à análise da Coordenadoria do Controle Interno, nos termos da Lei Complementar 173/2009, em seu artigo 11, III o Processo Licitatório nº 24/2017/FMS, edital PP 17/2017/FMS na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por item.

Observou-se a solicitação de abertura do processo licitatório pela Secretaria Municipal de Saúde, indicando o objeto, recurso próprio para despesa, justificativa de conveniência e necessidade.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Gerência de Licitações, elaborou minuta do edital considerando como modalidade Pregão Presencial consoante o disposto pela Lei 10.520/2002, pela Complementar 123/2006 e pelo Decreto 2.879/2006, tipo menor preço por item.

A minuta do edital considerou o seguinte objeto: "Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a apresentação de serviços de Gestão de Saúde Pública, com vistas à reestruturação da territorialização da área da Atenção Básica no Município de Joaçaba/SC."

Foram anexados ao processo licitatório: solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, orçamento estimativo, deferimento do ordenador de despesa, Parecer Jurídico e Parecer Contábil indicando a existência de recursos orçamentários para pagamento da obrigação a ser assumida.

É o relatório.

Ao se proceder à análise legal, verifica-se que o processo preenche os requisitos insculpidos na Lei 8.666/93, caracterizando-se adequadamente o objeto.

A modalidade e tipo de licitação estão definidos consoante o disposto pela Lei 1.050/2002 e pelo Decreto 2.879/2006, por se tratar de serviços comuns.

O Edital cumpre os requisitos estabelecidos pelo artigo 40 da Lei 8.666/93, impondo aos participantes as condições dos artigos 27 a 31 da mesma Lei, assim como, a minuta do contrato obedece às normas legais vigentes.

Assim sendo, excluída a análise técnica do objeto, o processo licitatório desenvolveu-se dentro dos requisitos da Lei 8666/93, da Lei 10.520/2002 e do Decreto Municipal 2.879/06 e suas alterações.

Encontra-se também atendida a IN 08/2014 que dispõe sobre as atribuições conferidas aos Secretários municipais em relação aos processos licitatórios.

É o parecer.

AUGUSTO ZAGONEL
Coordenador de Controle Interno

Joaçaba, 31 de outubro de 2017.